



Número: **0600030-05.2025.6.18.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Presidência**

Última distribuição : **19/02/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Proposta de Alteração de Resolução**

Objeto do processo: **PROCESSO ADMINISTRATIVO - MINUTA DE ALTERAÇÃO DE RESOLUÇÃO - SUSTENTAÇÃO ORAL - SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL - SEI 0002754-87.2025.6.18.8000**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | Advogados |
|--|-----------|
| SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRE/PI (REQUERENTE) | |

| Outros participantes | |
|---|--|
| MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (FISCAL DA LEI) | |

| Documentos | | | |
|------------|---------------------|-------------------------|---------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 22421531 | 06/05/2025 10:02 | Acórdão | Acórdão |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 499, DE 5 DE MAIO DE 2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600030-05.2025.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.

Requerente: Secretaria Judiciária do TRE/PI

Relator: Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Altera a Resolução TRE-PI nº 380, de 17 de dezembro de 2019, que institui as sessões de julgamento por meio eletrônico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e disciplina o seu procedimento.

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX, XV e XXXII do art. 15 da Resolução TRE-PI nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno), e considerando o disposto no inciso XVI do art. 30 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 591, de 23 de setembro de 2024, que dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, no Processo 0007972-11.2024.2.00.0000;

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução TRE-PI nº 380, de 17 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º.....

.....

III – requerimento de sustentação oral apresentado por qualquer das partes até 2 (dois) dias antes do início da sessão, caso não opte pelo envio na forma prevista no art. 2º-A.



Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões por Videoconferência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, em Teresina, 5 de maio de 2025.

Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente e Relator

RELATÓRIO

O SENHOR DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS (RELATOR): Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Trata-se de proposta de resolução apresentada pela Secretaria Judiciária objetivando a alteração da Resolução TRE-PI nº 380, de 17 de dezembro de 2019, a qual instituiu as sessões de julgamento por meio eletrônico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e disciplinou o seu procedimento.

O requerente ressalta que “a proposta considera as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 591, de 23 de setembro de 2024, que dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento, bem como a decisão proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, no Processo 0007972-11.2024.2.00.0000. No referido julgamento, restou assentado que as hipóteses de julgamento presencial após pedido de destaque previstas no art. 8º da Resolução nº 591/2024 devem ser compreendidas como necessárias, mas não excludentes, cabendo a cada tribunal definir a modalidade de julgamento e o funcionamento dos pedidos de destaque. O entendimento firmado permite que os tribunais prevejam outras possibilidades de direito de destaque além das hipóteses mínimas já contempladas na norma, inclusive admitindo o destaque automático a pedido das partes”.

Diante dessas considerações, propõe-se o acréscimo do inciso III ao art. 7º da mencionada norma deste Regional, estabelecendo que “não serão julgados na sessão de julgamento por meio eletrônico os processos em que houver requerimento de sustentação oral apresentado por qualquer das partes até 2 (dois) dias antes do início da sessão, caso não optem pelo envio na forma prevista no art. 2º-A da referida Resolução”.

Esta Presidência acolheu a proposta apresentada e determinou a remessa dos autos administrativos à Secretaria Judiciária para distribuição no PJe e posterior submissão da minuta neste Plenário, com fulcro no art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107/2005.



A minuta de resolução consta do ID 22377751, pág. 6.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público Eleitoral, no Parecer ID 22403800, opina favoravelmente à aprovação minuta de resolução elaborada pela Secretaria Judiciária.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS (RELATOR): Senhores Juízes desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhoras Advogadas, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

No caso em análise, propõe-se a alteração da Resolução TRE-PI nº 380, de 17 de dezembro de 2019, que instituiu as sessões de julgamento por meio eletrônico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Em síntese, a proposta visa acrescentar o inciso III ao art. 7º da mencionada resolução, estabelecendo que não serão julgados na sessão de julgamento por meio eletrônico os processos em que houver requerimento de sustentação oral apresentado por qualquer das partes em até 2 (dois) dias antes do início da sessão, caso não optem pela sistemática da sustentação oral apresentada por meio de vídeo ou áudio juntado aos autos eletrônicos, na forma prevista no art. 2º-A da referida norma.

Entendo pertinente a proposta ora apresentada, estando em sintonia com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 591, de 23 de setembro de 2024, que dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça firmou o entendimento, no Processo nº 0007972-11.2024.2.00.0000, no sentido de permitir aos tribunais que prevejam outras possibilidades de direito de destaque além das hipóteses mínimas já contempladas na norma, inclusive admitindo o destaque automático a pedido das partes nas sessões de julgamento realizadas em ambiente virtual.

Com a alteração em apreço, busca-se resguardar os princípios da ampla defesa, do contraditório, da publicidade e da eficiência, garantindo a adequada tramitação dos feitos no ambiente virtual, em conformidade com os regramentos atuais.

Considerando que a presente proposição encontra resguardo fático e jurídico, que o trâmite do processo aconteceu de forma regular, e que a minuta de resolução em apreço foi apresentada de maneira clara e adequada, entendo que está apta a ser aprovada.

Ante o exposto, voto, em consonância com o parecer ministerial, pela aprovação da minuta de resolução de ID 22377751, pág. 6, determinando-se sua conversão em instrumento definitivo.



Ressalto a necessidade de a unidade administrativa competente proceder à compilação da norma ora aprovada à redação da Resolução TRE-PI nº 380, de 17 de dezembro de 2019.

É o voto.

EXTRATO DA ATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600030-05.2025.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.

Requerente: Secretaria Judiciária do TRE/PI

Relator: Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Decisão: ACORDAM as/os Juízas/es do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, APROVAR a minuta de resolução, determinando sua conversão em instrumento definitivo pela unidade competente, ressaltando a necessidade de a unidade administrativa competente proceder à compilação da norma ora aprovada à redação da Resolução TRE-PI nº 380, de 17 de dezembro de 2019, na forma do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas; o Juiz Federal Doutor Nazareno César Moreira Rêis; os Juízes Doutores José Maria de Araújo Costa e Daniel de Sousa Alves; a Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e o Juiz Doutor Edson Alves da Silva. Presente a Procuradora Regional Eleitoral Substituta, Doutora Luise Torres de Araújo Lima. Ausência justificada do Procurador Regional Eleitoral, Doutor Alexandre Assunção e Silva.

SESSÃO DE 5.5.2025

